Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Technos S.A. (a "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia detinha participação direta de 99,6% no capital da Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A. ("TASA") e de 100% no capital da SCS Comércio de Acessórios de Modas Ltda. ("SCS"), subsidiárias integrais e consolidadas nessas informações contábeis (conjuntamente "Grupo").

A emissão dessas informações contábeis da Technos S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 19 de março de 2014.

(a) Estrutura societária

Em 4 de maio de 2011 a Companhia protocolou na Comissão de Valores Mobiliários - CVM pedido de registro de Companhia Aberta. Em 28 de junho de 2011 a CVM deferiu o pedido de registro de Companhia Aberta, categoria "A", sob o código 2251-9, com início de negociação de suas ações na BM&FBOVESPA em 1º de julho de 2011. As ações são negociadas sob o código "TECN3".

Em 26 de setembro de 2011 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de uma sociedade limitada com as seguintes características: (a) sede no estado do Rio de janeiro, e (b) capital social inicial de até R\$ 3.000. A sociedade foi constituída em 27 de setembro de 2011 sob a denominação social de SCS Comércio de Acessórios de Moda Ltda. Em abril de 2012 a sociedade começou sua atividade operacional. Em 24 de julho de 2012 o capital subscrito foi aumentado para R\$ 43.000, sendo integralizado R\$ 33.000.

Em 24 de julho de 2012 a SCS e a TASA firmaram contrato definitivo de compra e venda da totalidade das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro.

A Touch foi fundada em 2009 e obteve nos três anos desde sua fundação um crescimento expressivo, atingindo em 31 de dezembro de 2012 um total de 103 pontos de venda exclusivos, entre quiosques e lojas, presentes em 23 estados do Brasil. A empresa iniciou suas atividades com relógios, focando no conceito fast fashion com lançamentos constantes a preços acessíveis, e recentemente passou também a comercializar óculos de sol. A Touch oferece por meio de seu canal exclusivo uma gama ampla de estilos e modelos para consumidores masculinos e femininos. Em 2012 a empresa foi selecionada pelo Instituto Empreender Endeavor Brasil e recebeu selo de "Excelência em Franchising" da ABF - Associação Brasileira de Franchising.

Em 22 de março de 2013 a controlada TASA adquiriu 100% do capital votante e 95,84% do capital social total da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de maio de 2013 a TASA incorporou a Dumont, sendo os elementos patrimoniais avaliados com base em balanço patrimonial levantado em 30 de abril de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (Nota 4.3).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida dos direitos e obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, entretanto, não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

- (i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida.
- (ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.
- (iii) CPC 33 (R2)/IAS 19 "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida.
- (iv) CPC 36 (R3)/IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora.
- (v) CPC 40 (R1)/IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.
- (vi) CPC 45/IFRS 12 "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos de entidades-veículo não registradas no balanco.
- (vii) CPC 46/IFRS 13 "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

A administração da Companhia analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função da estrutura do Grupo e das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho serem elaboradas considerando os resultados do Grupo como um todo, a Technos S.A. possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas dos produtos, marcas e outras divisões do Grupo, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$ "), que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como "Receita ou despesa financeira".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante e apresentadas como caixa e equivalente de caixa na Demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado classificados no circulante são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" classificados no ativo não circulante que representam CDBs dados em garantia (fianças bancárias).

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício social do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

A perda por impairment é reconhecida na demonstração consolidada do resultado. A reversão da perda também será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são subsequentemente, reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos Ou outro prazo que atenda o ciclo normal de operação do Grupo., as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa de juros efetiva, deduzidas da provisão para *impairment*. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 10).

A avaliação do valor justo é obtida através do cálculo do valor presente dos fluxos de caixa descontados (Nota 2.6.4(a)). A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) na data da transação é utilizada como taxa de desconto. A referida taxa é compatível com transações de natureza, prazo e riscos em condições similares de mercado, considerando o histórico de recebimento do Grupo. A outra

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

premissa chave no cálculo do valor presente é o prazo de recebimento. Utilizamos como premissa o prazo individual de cada nota fiscal faturada. O Grupo reavalia essa metodologia trimestralmente, atualizando suas premissas conforme as práticas comerciais de prazos efetivamente registradas assim como alterações na taxa SELIC vigente.

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de aquisição, calculado a cada nova entrada nos estoques. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende componentes, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada processo de importação.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível", nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa, e são identificados de acordo com o segmento operacional.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Valores a pagar por licenciamentos são registrados no passivo como "Licenciamentos a pagar" (Nota 2.13). As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada conforme descrito na Nota 13(b). Para as marcas de vida útil indefinida que não estão sujeitos à amortização, são testados anualmente para a verificação de *impairment* (Nota 13(c)).

(c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Imobilizado

O imobilizado é composto por terrenos, edificações, equipamentos, veículos e instalações, e compreendem, principalmente, fábricas, escritórios e ativos utilizados na operação do Grupo. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	711103
Edificações e benfeitorias	3 a 5
Equipamentos e instalações	10
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	5 a 10

Anne

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 14).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores recebidos com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

O Grupo revisa as taxas de vida útil das principais classes de ativos anualmente.

2.12 Redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e determinadas marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são integralmente agrupados na TASA, que concentra as operações do Grupo. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores e licenciamentos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e licenciamentos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços ou licenciamentos de marcas que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que o Grupo detenha direito incondicional de liquidar o passivo, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cívil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos de obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

(a) Corrente

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Grupo, através de sua controlada TASA, goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. O incentivo fiscal é calculado com base no lucro tributário da atividade (chamado "lucro da exploração"), levando em consideração o lucro operacional dos projetos que são beneficiados pelo incentivo fiscal durante um período fixo. Esses incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultado apurado na unidade fabril localizado no Distrito Industrial de Manaus - AM. Não existem obrigações adicionais do Grupo com relação ao benefício fiscal direto do imposto de renda. Consequentemente, a despesa de imposto de renda da TASA é apresentada na demonstração do resultado pelo valor líquido, descontando a parcela do incentivo fiscal realizado.

(b) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Participação dos empregados nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o indicador de performance e rentabilidade do Grupo, na forma estabelecida em acordo sindical, e desempenho de cada funcionário ou departamento, mensurada em função do alcance de metas anuais estabelecidas no início de cada exercício. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation). As provisões intermediárias são constituídas com base nas projeções de resultado e do pagamento a ser feito ao final do ano, considerando a parcela desse resultado atual atribuível ao resultado do exercício.

(b) Plano de opção de compra de ações - stock options

O Grupo possui planos de remuneração com base em ações a parte de seus executivos, liquidados com ações disponíveis, segundo os quais a Companhia recebe os serviços desses executivos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo, que somente poderão ser exercíveis depois de respeitados prazos específicos de carência. O valor justo dos serviços do empregado, recebido em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não de mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquirido. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido ("vesting period"); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais da quantidade de opções, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outros benefícios

O Grupo oferece ainda outros benefícios aos seus funcionários como: assistência médica, seguro de vida, vale refeição ou refeição em refeitório e auxilio educação, independentemente do nível hierárquico. Adicionalmente, de acordo com a localidade do funcionário e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e aparelho de telefonia móvel. As despesas relacionadas a esses benefícios são reconhecidas na demonstração do resultado, quando incorridas.

O Grupo não oferece qualquer tipo de benefício pós-emprego aos seus funcionários.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, representando no mínimo 99% da receita total, no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, e do ajuste a valor presente.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

O Grupo, por meio da TASA, monta e vende uma variedade de relógios no mercado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que o Grupo efetua a entrega dos produtos para o lojista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o características da fatura; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A garantia é assegurada aos consumidores pelo prazo de até 12 meses, a partir da data da venda do lojista ao consumidor final. As vendas são registradas com base no valor justo. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de aproximadamente 120 dias e são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa SELIC, que a administração acredita ser compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado (Nota 2.8).

(b) Vendas de serviços

O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração, nas suas diversas unidades espalhadas pelo Brasil.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no período em que os serviços são prestados.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

2.21 Incentivos fiscais

Crédito estímulo do ICMS

A TASA, controlada integral da Companhia, detém benefício de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo do Estado do Amazonas, sobre determinados produtos incentivados, que corresponde a 55% do valor do ICMS devido, apurado mensalmente na unidade fabril localizada no Distrito Industrial de Manaus - AM. Consequentemente, a despesa com esses tributos registrada na demonstração do resultado como dedução de vendas é contabilizada pelo valor líquido de 45%, portanto, a receita líquida considera tal benefício.

2.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas críticas na aplicação das políticas contábeis da entidade

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimada de ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda (Nota 13(c)).

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor justo, líquido de despesa de venda e alocou tal ágio a uma única unidade geradora de caixa (UGC). Em 2013 e 2012, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. O resultado indica valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 16.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

(c) Provisão de impairment de estoques

A provisão de *impairment* de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão de *impairment* de estoques está descrita na Nota 11.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de *impairment* de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de *impairment* por obsolescência.

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para *impairment*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi registrada reversão de provisão para perda em estoque no montante de R\$ 920 (2012 - reversão de R\$ 245). Vide Nota 11.

(d) Provisão de *impairment* de contas a receber de clientes

O Grupo analisa a existência e evidência de perda para determinar quando um contas a receber de clientes não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, o desempenho do setor e do segmento. A administração classifica seus clientes por Grupos, e com base nessa classificação são feitas as estimativas para avaliação de *impairment*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, o Grupo sofreria um prejuízo adicional de R\$ 14.813 em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 7.694). Vide Nota 10.

(e) Valor justos dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 4.3).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data de liquidação. As importações são integralmente liquidadas num período máximo de 45 dias entre a data de embarque e a data de liquidação do contrato de câmbio.

Para se proteger dessas oscilações, o Grupo se utiliza de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar a fim de travar o câmbio para parte de suas compras, se protegendo, dessa forma, das oscilações cambiais. O Grupo não aplica contabilidade de *hedge*.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os ativos do Grupo que estão sujeitos a taxas de juros fixas são representados pelos saldos de contas a receber de clientes que possuem características de financiamentos, mensurados a valor justo por meio do resultado, e as aplicações financeiras que são remuneradas com taxas variáveis de juros com base na variação da taxa de certificado de depósito interbancário.

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo, vinculados às taxas variáveis de juros, especificamente à taxa média diária dos depósitos interbancários (DI). A política do Grupo tem sido em manter os empréstimos em taxas variáveis de juros. Durante 2013 os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais. Em 2012 não existia empréstimos registrados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração do Grupo considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos à ela. A administração não considera o risco de taxa de juros crítico em suas operações.

(b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, bem como criteriosa análise de crédito com base em dados internos do histórico do cliente e fontes externas de consultas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber (Nota 6).

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O Grupo monitora as suas projeções de recebimentos e pagamentos diários, a fim de evitar descasamentos imprevistos. Além disso, o Grupo conta com linhas de crédito imediatamente disponíveis em bancos de primeira linha, que poderão ser utilizados numa eventual necessidade.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos	102.518	61.431	130.711	
Licenciamento a pagar	406	560		
Fornecedores e outras obrigações	20.725	2.132		
Em 31 de dezembro de 2012				
Licenciamento a pagar	700	398		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	291			
Fornecedores e outras obrigações	13.339	1.251	1.252	

O Grupo possui ainda linha de crédito aprovada com instituição financeira de primeira linha no valor total de R\$ 40.000, restando saldo de R\$ 3.124 a ser utilizado.

Os passivos em empréstimos contraídos estão discriminados na Nota 15.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira. Um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O patrimônio líquido corresponde ao valor constante do balanço ao final do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2013 a dívida líquida do Grupo monta R\$ 193.450 e corresponde a 43,7% do patrimônio líquido (em 2012 não havia registro de dívida).

O endividamento tem como origem relevante a captação de recursos aplicada na aquisição da Dumont (Nota 24).

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

4.3 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Precos cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Instrumentos financeiros - Nível 2

Os instrumentos financeiros derivativos são integralmente classificados no Nível 2. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo líquido de instrumentos financeiros derivativos está reconhecido no ativo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade.

4.4 Compensação de instrumentos financeiros

	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentado no balanço patrimonial
31 de dezembro de 2013 Instrumentos financeiros derivativos	651	(237)	414
	651	(237)	414
31 de dezembro de 2012 Instrumentos financeiros derivativos		(291)	(291)
		(291)	(291)

5 Instrumentos financeiros por categoria

			Consolidado
	Ativos mensurados a valor justo	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários		25.574	25.574
Contas a receber de clientes		232.036	232.036
Caixa e equivalentes de caixa		46.343	46.343
Instrumentos financeiros derivativos	414		414
Depósitos judiciais		2.116	2.116
	414	306.069	306.483

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
31 de dezembro de 2013	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme o balanço patrimonial Empréstimos Valor a pagar por aquisição de participação societária Licenciamentos a pagar Fornecedores e outras obrigações, excluindo	239.793 24.954 966	239.793 24.954 966
obrigações legais	22.857	22.857
	288.570	288.570
		Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2012 Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários Contas a receber de clientes	2.501 149.250	2.501 149.250
Caixa e equivalentes de caixa	14.664	14.664
Depósitos judiciais	1.909	1.909
	168.324	168.324
		Consolidado
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2012 Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Derivativos	291	291
Licenciamentos a pagar Fornecedores e outras obrigações, excluindo	1.098	1.098
obrigações legais	15.841	15.841
	17.230	17.230

Os empréstimos demonstrados em 31 de dezembro de 2013 correspondem a captação de recursos através de debêntures emitidas em 07 de maio de 2013, no montante de R\$ 201,2 milhões, à taxa de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (DI), acrescido da taxa de 1,55% ao ano, e através de financiamento de importações e capital de giro (Nota 15).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Consolidado	
	2013	2012
Contrapartes sem classificação externa de crédito Clientes nacionais Clientes regionais e locais (Magazines) Outros	192.845 36.501 2.690	108.515 26.106 14.629
Total de contas a receber de clientes	232.036	149.250
Conta corrente e depósitos bancários (*) AAA AA+	71.844 73	18.990 7 <u>5</u>
	71.917	19.065

- (*) Classificação extraída através do relatório da agência classificadora Fitch Ratings Brasil Ltda. O Grupo somente utiliza instituições financeiras com *rating* de AAA para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9).
- Clientes nacionais clientes de abrangência nacional, na maioria das vezes com grandes redes de pontos de venda atendendo o território nacional sem histórico de perda.
- Clientes regionais e locais clientes de abrangência regional ou local, com um ou alguns pontos de venda concentrados na mesma região com eventuais históricos de atraso e baixos níveis de perda.
- Outros clientes "giftline" e outros que não possuem histórico de relacionamento recorrente com o Grupo e não têm como atividade fim a comercialização de relógios.

O Grupo efetua a análise de crédito com base principalmente, no histórico de pagamentos do cliente. O limite de crédito é determinado de forma individual, e leva em consideração a sua capacidade financeira, o histórico de pagamento e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, o Grupo recorre à consulta de histórico de crédito junto às agências de avaliação de crédito (SERASA, SPC, entre outras).

Para os clientes adimplentes, desde que respeitados os limites de crédito, as vendas são efetuadas automaticamente. Para os clientes que já figuraram como inadimplentes, a autorização das vendas é feita manualmente com base em análise individual, até que o histórico de crédito seja restabelecido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nenhum dos ativos financeiros adimplentes foi descontado no último período.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	C	Controladora		onsolidado
	2013	2012	2013	2012
Caixa Depósitos bancários de curto prazo Certificados de depósito bancário ("CDBs")	61	75 6.272	73 11.657 34.613	9 4.903 9.752
	61	6.347	46.343	14.664

Os saldos mantidos em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), são remunerados em média a 100% do Cerificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantidos em instituições de primeira linha e não possuem restrições de resgates.

8 Títulos e valores mobiliários

O Grupo mantém os títulos e valores mobiliários concentrados em operações compromissadas e CDB, remunerados em média a 100% do CDI, mantidos em instituições de primeira linha, conforme composição abaixo:

		Consolidado
	2013	2012
Operações compromissadas (*) CDBs - Fianças bancárias (**)	24.954 620	2.501
	<u>25.574</u>	2.501

- (*) As operações compromissadas estão vinculadas à conta escrow em garantia ao pagamento de contas a pagar em aquisição societária e estão classificadas como empréstimos e recebíveis no ativo não circulante.
- (**) Parcela dos títulos e valores mobiliários encontra-se vinculada a cartas de fianças bancárias e garantias de operações e estão classificadas como empréstimos e recebíveis no ativo não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Instrumentos financeiros derivativos

(a) Mercado futuro de dólar (forward) e SWAP cambial CDI X USD

O Grupo, com o objetivo de reduzir sua potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R\$ /US\$ utilizada para liquidação de suas importações, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e SWAP cambial CDI X USD BRL.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo circulante e a contrapartida é registrada na demonstração de resultado na rubrica de "Receitas e despesas financeiras".

É importante ressaltar que a utilização de derivativos cambiais se restringe tão somente à proteção do montante contratado e estimado de compras de fornecedores estrangeiros nos seis meses subsequentes e cobertura de 100% dos financiamentos de importações- FINIMP de compras já nacionalizadas com vencimento futuro de 180 dias (Nota 15). Qualquer variação na cotação do US\$ que vier a causar perda nos investimentos derivativos tende a ser compensado por ganho na liquidação dos câmbios relacionados a compras de fornecedores estrangeiros ou a liquidação das operações de FINIMP.

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *mercado futuro de dólar* em aberto em 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 39.371, equivalentes a US\$ 16.220 (Em 31 de dezembro de 2012, R\$ 11.014, equivalente a US\$ 5.200).

(b) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

						2013
						Cenário
	Ativo	Nocional	Risco	Provável	25%	50%
Derivativo cambial	414	39.371	Desvalorização do US\$	1.375	8.974	14.040
						2012
	Passivo	Nocional	Risco	Provável	25%	50%
Derivativo cambial	291	11.014	Desvalorização do US\$	291	2.754	5.507

10 Contas a receber de clientes

contas a receser de enemes	Consolidado	
	2013	2012
Contas a receber de clientes Ajuste a valor presente Menos	253.986 (4.646)	165.157 (2.583)
Provisão para perda de contas a receber de clientes	(17.304)	(13.324)
Contas a receber de clientes, líquidas	232.036	149.250

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo líquido das contas a receber aproxima-se do valor justo e foi apurado com base nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa SELIC como taxa de desconto de 8,95% (2012 - 8,37%), diminuídos da provisão para perda de contas a receber de clientes (*impairment*).

Em 31 de dezembro de 2013, no consolidado, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 14.813 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 7.694) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

		Consolidado	
	2013	2012	
Até 3 meses De 3 à 6 meses	11.526 3.287	4.841 2.853	
	14.813	7.694	

Em 31 de dezembro no consolidado, as contas a receber de clientes, no total de R\$ 17.304 (em 31 de dezembro de 2012: R\$ 13.324) foram classificadas como não recuperáveis (*impaired*) e provisionadas. Não havia contas a receber na Controladora. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a lojistas especializados, e são pulverizados. Os saldos em atraso são pulverizados e não há qualquer valor individual por lojista superior a 2% do saldo total em atraso. Para os saldos em atraso, o Grupo toma medidas, que incluem cobranças administrativas visando a recuperação desses créditos. Segundo avaliação da administração, uma parcela desse contas a receber deve ser recuperada. O total das contas a receber *impaired* está vencido há mais de 180 dias.

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	Co	<u>nsolidado</u>
	2013	2012
Em 1º de janeiro	13.324	11.777
Provisão para perda de contas a receber	7.031	5.706
Reversão de perda	(4.511)	(4.159)
Provisão para perda decorrente de combinação		
de negócios	1.460	
Em 31 de dezembro	17.304	13.324

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil das de contas a receber. O Grupo não mantém nenhum título como garantia. Não foi efetuado qualquer desconto de duplicatas.

As contas a receber de clientes são integralmente mantidas em Reais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Estoques

	Consolidad		
	2013	2012	
Produtos acabados	106.002	48.703	
Produtos em processo	2.808	3.208	
Componentes	50.948	50.483	
Importações em andamento	101	421	
Adiantamentos a fornecedores	2.916	5.334	
	162.775	108.149	

O aumento do saldo de estoque em relação a 31 de dezembro de 2012 deve-se a adequação do nível de estoque ao novo patamar de demanda após a aquisição da Dumont. Também deve ser considerado a entrada do estoque, no montante de R\$ 40.987, que a Dumont apresentava em seus registros em 22 de março de 2013 (Nota 24).

É importante ressaltar que os adiantamentos a fornecedores correspondem aos pagamentos efetuados dentro da política da Companhia de liberar o recurso somente mediante o embarque da carga.

A política do Grupo para perda com estoques, considera perdas estimadas com obsolescência, tanto em função do giro quanto da qualidade física dos estoques.

As movimentações na provisão para valor de realização de estoques do Grupo são as seguintes:

	Cc	<u>onsolidado</u>
	2013	2012
Em 1º de janeiro Provisão para perda decorrente de combinação	12.625	12.870
de negócios Reversão de perda em estoques	22.603 (920)	(245)
Em 31 de dezembro	34.308	12.625

A provisão para perda de estoques foi constituída em montante considerado adequado pela administração para absorver perdas na realização dos saldos de estoques.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investimentos 12

(a) Investimentos em subsidiárias (Controladora)

					2013	2012
	Em 1º de	janeiro			325.085	261.612
	Particip	ação nos lucro	s de subsid	liárias	31.972	62.684
	Particip	ação por ajust	e reflexo n	o patrimônio de subsidiária	139	•
	Dividen	dos recebidos	/a receber o	de subsidiárias	(8.524)	(34.637)
		de ações - Sto			6.233	2.426
	Aument	to de participa	ção por cap	pitalização		33.000
	Em 31 de	dezembro			354.905	325.085
(b)	Dividen	dos recebido	os/a receb	er de subsidiárias		
					2013	2012
	Em 1º de				12.747	13.911
		ados no exercí		idiánia in como na do	((000)	21.889
		los no exercíci los no exercíci		idiária incorporada	(6.800)	(35.800)
		ido mínimo ob	-	rovisionado	8.524	12.747
	Dividen		rigatorio p	Tovisionado	0.524	12./4/
	Em 31 de	dezembro			14.471	12.747
					Percentual de pa no ca	articipação pital social
	Nome				2013	2012
	TASA	(Direta)	Brasil	Fabricação de relógios	99,6	100,0
	TASS	(Indireta)	Suíça	Escritório de representação	100,0	100,0
	SCS	(Direta)	Brasil	Comércio varejista	100,0	100,0
	TOUCH	(Indireta)	Brasil	Comércio varejista	100,0	100,0

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais controladas diretas e indiretas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2013					
TASA	689.383	348.835	340.548	411.493	44.759
TASS	4	13	(9)		
SCS	38.753	18.456	20.297	5.482	(10.533)
TOUCH	246	226	20		
Em 31 de dezembro de 2012					
TASA	348.667	54.115	294.550	309.639	65.150
TASS	4	13	(9)		
SCS	35.338	4.506	30.832	741	(2.168)
TOUCH	5.565	4.113	1.452	3.356	132

A conciliação entre o investimento em subsidiárias e o patrimônio líquido e o lucro líquido das subsidiárias é demonstrado a seguir:

	2013	2012
Patrimônio líquido das subsidiárias	360.856	326.825
Menos		
Lucro não realizado em estoque em operações entre subsidiárias	(2.352)	(288)
Participação de não controladores	(3.588)	,
Patrimônio líquido de subsidiárias controladas indiretamente	(11)	(1.452)
Patrimônio líquido ajustado das subsidiárias	354.905	325.085
•		<u> </u>
Lucro líquido das subsidiárias	34.226	63.114
Menos		
Lucro não realizado em operações entre as subsidiárias	(1.881)	(298)
Participação de não controladores	(373)	
Lucro em subsidiárias controladas indiretamente		(132)
Lucro líquido ajustado das subsidiárias	31.972	62.684
1 3	<u> </u>	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

intaligive:				Co	onsolidado
	Ágio	Software	Marcas e licenciamentos	Relações contratuais com clientes	Total
Em 31 de dezembro de 2012					
Saldo inicial Aquisições Aquisições decorrentes de	123.171	1.326 834	6.313 211		130.810 1.045
combinação de negócios (Nota 24) Impairment Baixas - custo	20.831	(1) (201)	2.013	554	23.398 (1) (201)
Baixas - Amortização Amortização		199 (50 <u>3</u>)	(669)		199 (1.1 <u>72</u>)
Saldo contábil líquido	144.002	1.654	7.868	<u>554</u>	154.078
Em 31 de dezembro de 2012					
Custo Amortização acumulada	144.002	3.760 (2.106)	9.959 (2.091)	554	158.275 (4.197)
	144.002	1.654	7.868	554	154.078
Em 31 de dezembro de 2013					
Saldo inicial Aquisições Aquisições decorrentes de	144.002	1.654 1.335	7.868 1.454	554	154.078 2.789
combinação de negócios (Nota 24) Reversão de ágio Reversão de ágio por indenização	81.904 (2.552) (846)	1.371	16.018	16.817	116.110 (2.552) (846)
Amortização		(686)	(745)	(1.868)	(3.299)
Saldo contábil líquido	222.508	3.674	24. <u>595</u>	15.503	266.280
Em 31 de dezembro de 2013 Custo Amortização acumulada	222.508	7.160 (3.486)	30.403 (5.808)	17.371 (1.868)	277.442 (11.162)
Saldo contábil líquido	222.508	3.674	24.595	15.503	266.280

As aquisições decorrentes de combinação de negócios, em 2013, registram movimentações nas rubricas: software - custo R\$ 2.065 e amortização acumulada R\$ 694, e em marcas e licenciamentos - custo R\$ 2.972 e depreciação acumulada R\$ 2.972.

Ágio

O ágio determinado na aquisição em 2008 da SD Participações e suas controladas: T1 Participações S.A., posteriormente incorporada por Technos Relógios S.A., esta por sua vez incorporada pela Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A., foi calculado como a diferença entre o valor pago e o valor contábil do patrimônio líquido das entidades adquiridas, líquido dos acervos contábeis incorporados. O ágio determinado na época foi fundamentado em rentabilidade futura, e foi registrado no intangível. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado, porém está sujeito a teste anual de *impairment*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As indenizações recebidas relacionadas com a combinação de negócios acima descrita, foram registradas diretamente como redutoras do saldo de ágio, em função da transação original ter ocorrido anteriormente à adoção das práticas contábeis estabelecidas por IFRS/CPC. O Grupo utilizou a isenção disponível para combinação de negócios na data de transição (1º. de janeiro de 2009).

O ágio registrado no exercício de 2012 foi decorrente da aquisição da Touch, fundamentado em rentabilidade futura, foi apurado dentro das normas de combinação de negócios e está demonstrado na Nota 24.

O ágio registrado no exercício de 2013 é oriundo da aquisição da Dumont e está demonstrado na nota de combinação de negócios (Nota 24).

(a) Marcas

No grupo de marcas e licenças estão registrados os custos de aquisição da marca Technos. A aquisição da marca nacional ocorreu em junho de 1994 e da marca internacional em março de 2001. Ambas estão contabilizadas ao custo de R\$ 2.140 e R\$ 2.142, respectivamente.

O Grupo atribuiu vida útil indefinida à marca Technos. Os elementos considerados na avaliação da administração compreenderam: (i) o histórico de sucesso de longo prazo da marca iniciada há mais de cem anos na Suíça; (ii) o nível dos gastos de manutenção requeridos para obter os benefícios econômicos futuros; (iii) inexistência de prazo legal para a sua utilização, capacidade e a intenção do Grupo em manter o ativo; e (iv) ausência de fatores ligados à obsolescência técnica, tecnológica ou comercial, entre outros.

(b) Testes de verificação de *impairment* para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida

Conforme definido em sua política contábil, o Grupo testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constituem principalmente de ágio e da Marca Technos.

Ágio

Para fins de testes de *impairment*, o ágio da SD Participações foi integralmente alocado ao investimento na TASA. Em 2011, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda.

Em 2013 e 2012, o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável a metodologia do valor de mercado com base na última cotação das ações registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) menos os custos associados a essa venda. Em 31 de dezembro de 2013, considerando que o Grupo comercializa marcas que não existiam em 2008, foi utilizado a receita bruta como base para diferenciar a receita gerada pelas marcas que existiam em 2008, sendo estas as marcas Technos, Mormaii e Seiko. A receita bruta gerada pelas marcas Technos, Mormaii e Seiko corresponde 68% do total de receitas no exercício de 2013. Alocando o valor de mercado do Grupo Technos a esse conjunto de marcas que foram objeto da transação de compra da Technos temos um total proporcional de R\$855 milhões. O resultado indica valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada nenhuma perda por *impairment* de ágio.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração concluiu que o saldo do ágio é recuperável e por isso não registrou qualquer perda de *impairment* de ágio.

O ágio registrado na aquisição da Touch, fundamentado em rentabilidade futura, foi testado e não identificado ajuste de impairment.

O ágio apurado na aquisição da Dumont está suportado pelas projeções de fluxo de caixa conforme laudo de avaliação e ao final de cada exercício social será testado dentro do mesmo critério para identificação da existência de impairment. Em 31 de dezembro de 2013 não foi identificado ajuste de impairment.

Marcas

Para a determinação do valor recuperável da Marca Technos, a avaliação foi efetuada com base na projeção dos fluxos de caixa esperados dos negócios envolvendo produtos dessa marca. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas ao volume de vendas, rentabilidade, taxas de desconto, entre outras. A administração concluiu que se utilizasse somente um ano no cálculo do fluxo de caixa, o resultado (valor recuperável) seria superior ao valor contábil registrado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos e instalações	Veículos	Valor justo imóveis Dumont	Móveis e utensílios	Total
Em 31 de dezembro de 2012 Saldo inicial Aquisições Aquisições decorrentes de combinação de negócios (Nota 24) Constituição (reversão) de <i>Impairment</i> Alienações – custo Alienações – depreciação Depreciação	18 13	2.036 546 1.670 (1.672) 2 (348)	6.963 3.662 (98) 66 (1.595)	4.645 1.010 115 (46) (11.605) 11.368 (688)	2.918 2.410 (1.206) 311 (397)		6.146 6.617 156 236 (3.582) 3.297 (1.227)	22.726 14.258 1.941 190 (18.163) 15.044 (4.255)
Saldo contábil, líquido	31	2.234	8.998	4.799	4.036		11.643	31.741
Em 31 de dezembro de 2012 Custo Depreciação acumulada Saldo contábil, líquido	31	8.875 (6.641) 2.234	10.796 (1.798) 8.998	8.875 (4.076) 4.799	4.544 (508) 4.036		14.514 (2.871) 11.643	47.635 (15.894)
Em 31 de dezembro de 2013 Saldo inicial em Aquisições Aquisição decorrentes de combinação de negócios (Nota 24) Alienações – custo Alienações – depreciação Depreciação	31	2.234 1.515 5.008 33 155 (419)	8.998 2.713 27 (331) (2.786)	4.799 993 436 (35) 21 (772)	4.036 4.047 53 (1.056) 223 (568)	1.833	11.643 2.077 487 (261) 14 (1.764)	31.741 11.345 7.950 (1.650) 413 (6.309)
Saldo contábil, líquido	137	8.526	8.621	5.442	6.735	1.833	12.196	43.490
Em 31 de dezembro de 2013 Custo Depreciação acumulada	137	17.430 (8.904)	14.526 (5.90 <u>5</u>)	16.414 (10.972)	7.619 (884)	1.833	19.062 (6.866)	77.021 (33.531)
Saldo contábil, líquido	137	8.526	8.621	5.442	6.735	1.833	12.196	43.490

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 1.852 (2012 - R\$ 1.243) referente à despesa de depreciação e amortização foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos", R\$ 3.666 (2012 - R\$ 2.215) em "Despesas com vendas" e R\$ 4.090 (2012 - R\$ 1.967) em "Despesas administrativas".

As aquisições decorrentes de combinação de negócios, em 2013, registram movimentações nas rubricas: edificações - custo R\$ 7.007 e depreciação acumulada R\$ 1.999, em benfeitorias em imóveis de terceiros - custo R\$ 1.348 e depreciação acumulada R\$ 1.321, em equipamentos e instalações - custo R\$ 6.581 e depreciação acumulada R\$ 6.145, em veículos – custo R\$ 84 e depreciação acumulada R\$ 31 e em móveis e utensílios - custo R\$ 2.732 e depreciação acumulada R\$ 2.245.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

Empresentos e imaneiamentos	Consolidado
	2013
Circulante Empréstimo bancário Finimp Debêntures	1.876 33.984 48.80 <u>5</u>
Não circulante Debêntures	84.66 <u>5</u> 155.128
	155.128
Total dos empréstimos	239.793

O empréstimo bancário corresponde a capital de giro em conta garantida, remunerado com base na taxa de CDI acrescida de 1,65% ao ano.

Finimp corresponde a financiamento de importação de matéria-prima, com vencimento máximo de 180 dias a partir de sua contratação, remunerado com base na taxa libor USD de 6 meses acrescida de juros médio de 1,60% ao ano.

Captação de recursos através de emissão em 07 de maio de 2013 de 200 debêntures não conversíveis, sem cláusula de garantia, remuneradas à taxa de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (DI), acrescido da taxa de 1,55% ao ano.

O valor nominal total das debêntures será amortizado em nove parcelas semestrais, vencendo a primeira parcela em 10 de abril de 2014, sendo facultado o resgate antecipado. O valor dos juros sobre o principal ainda não liquidado será pago semestralmente, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 10 de outubro de 2013. O Agente Fiduciário deverá declarar as debêntures vencidas antecipadamente na ocorrência de eventos previstos em lei e de inadimplemento previstos no instrumento de emissão.

A exposição dos empréstimos do Grupo, às variações na taxa de juros em 31 de dezembro de 2013, é como segue:

	Consolidado
	2013
Vencimento em 2014	84.685
Vencimento em 2015	43.998
Vencimento em 2016	44.444
Vencimento em 2017	44.444
Vencimento em 2018	22,222
	239.793

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisão para contingências

Na data das informações contábeis, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	<u>Tributárias</u>	Trabalhistas e previdenciárias	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2011	11.999	522		12.521
Reversão de provisão	(1.677)	(336)		(2.013)
Em 31 de dezembro de 2012	10.322	186		10.508
Em 31 de dezembro de 2012	10.322	186		10.508
Provisão no exercício	2.007	1.473	740	4.220
Reversão de provisão Provisão decorrente de combinação	(875)	.,,	(931)	(1.806)
de negócios (Nota 24)	8.267	5.132	1.393	14.792
Em 31 de dezembro de 2013	19.721	6.791	1.202	27.714

(a) Natureza das contingências

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

Tributárias

Referem-se, substancialmente, a tributação de PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio recebido de empresa controlada no período de 2004 à 2005. Também estão considerados os impostos devidos na baixa de provisão de estoque obsoleto, tais como Imposto de Importação, IPI e ICMS, entre outros.

Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de colaboradores vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

No que se refere aos prazos de conclusão dos processos, a maioria dos processos provisionados referemse a matérias de natureza tributária para os quais estimamos prazos médios de realização para esses passivos, geralmente, num horizonte de 3 a 5 anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Perdas possíveis

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

		Consolidado	
	2013	2012	
Tributário Trabalhista Cível	28.197 556 61 <u>5</u>	27.324 1.058 578	
	29.368	28.960	

(c) Ativos reconhecidos

O Grupo questionava judicialmente a inconstitucionalidade da base de cálculo do PIS e COFINS calculada nos termos da Lei nº 9.718/98. O processo foi julgado e transitou em julgado favorável ao Grupo. Em 30 de setembro de 2012 o Grupo reconheceu como impostos a recuperar o êxito no montante de R\$ 3.490, líquido de honorário advocatício provisionado no montante de R\$ 371.

(d) Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais refere-se, principalmente a questionamento de contribuições previdenciárias devidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"). O Grupo foi autuado pela fiscalização do INSS. Para recorrer dessa autuação na esfera administrativa, o Grupo teve de depositar 30% do valor da causa.

O Grupo já obteve decisão favorável em 1ª instância, entretanto o INSS recorreu e o desfecho desse processo encontra-se indefinido.

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são em sua maioria de 6,25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, considerando o benefício fiscal do lucro da exploração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Expectativa de realização dos impostos diferidos:

		Consolidado
	2013	2012
Ativo de imposto diferido	(6.664)	(3.045)
Passivo de imposto diferido	49.640	44.591
Passivo de imposto diferido (líquido)	42.976	41.546

Os valores dos ativos de imposto diferido serão realizados até 2014. Os impostos diferidos passivos referem-se à diferença no tratamento da amortização do ágio o qual desde 31 de dezembro de 2008 é apenas permitido para fins fiscais. Sua realização se dará na ocasião de eventual registro de perda por *impairment* do ágio ou na alienação do investimento que deu origem ao referido ágio.

A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

		Consolidado	
	2013	2012	
Em 1º de janeiro Despesa da demonstração do resultado Valor de decorrente de combinação de negócios (Nota 24)	41.546 4.178 (2.748)	30.350 11.196	
Em 31 de dezembro	42.976	41.546	

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Passivo diferido

			Co	onsolidado
		Benefício fiscal de Incorporação	Outros	Total
	Passivo de imposto diferido			
	Em 1º de janeiro de 2012 Debitado à demonstração do resultado	33.384 11.128	79	33.463 11.128
	Em 31 de dezembro de 2012	44.512	79	44.591
	Em 1º de janeiro de 2013 Debitado à demonstração do resultado	44.512 5.564	79 (51 <u>5</u>)	44.591 5.049
	Em 31 de dezembro de 2013	50.076	(436)	49.640
(ii)	Ativo diferido			
			Co	onsolidado
		Provisão baixa estoque obsoleto	Outros	Total
	Ativo de imposto diferido			
	Em 1º de janeiro de 2012 Creditado à demonstração do resultado	1.833 (59)	1280 (<u>9</u>)	3.113 (68)
	Em 31 de dezembro de 2012	1.774	1.271	3.045
	Em 1º de janeiro de 2013 Creditado à demonstração do resultado Valor decorrente de combinação de negócios	1.774 594	1.271 277	3.045 871
	(Nota 24)	2.034	714	2.748
	Em 31 de dezembro de 2013	4.402	2.262	6.664

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2013	2012
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	7.244	6.459
Realização de crédito fiscal de incorporação Geração e (estorno) de diferenças temporárias	5.564 (1.386)	11.128 68
Total do imposto diferido	4.178	11.196
Despesa do imposto de renda	11.422	17.655

O imposto sobre o lucro do Grupo antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da		
contribuição social	42.944	81.419
Alíquota nominal dos tributos - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	(14.601)	(27.683)
Incentivo fiscal imposto de renda Realização de provisões não dedutíveis em exercícios	8.452	10.906
anteriores	17.020	14.257
Despesas indedutíveis	(14.289)	(3.640)
Realização de ativo fiscal diferido (*)	(3.709)	(11.128)
Outros	(4.295)	(367)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(11.422)	(17.655)
Corrente	(7.244)	(6.459)
Diferido	(4.178)	(11.196)
	(11.422)	(17.655)
Alíquota efetiva corrente	16,9%	7,9%
Alíquota efetiva diferida	9,7%	13,7%
(*) Poforo co à realização do bonefício fiscal do ágio originado na oc	guicioão do TASA	

^(*) Refere-se à realização do benefício fiscal do ágio originado na aquisição da TASA.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A alíquota efetiva corrente variou em função do encerramento do período de compensação do benefício fiscal do ágio, findo em 30 de abril de 2013. Consequentemente a alíquota efetiva diferida também sofreu variação em função do encerramento da realização do ativo fiscal do ágio.

18 Capital social e reservas

18.1 Capital subscrito

O capital social é representado por 77.636.196 (2012 - 77.183.412) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, estando integralizadas 77.270.532 ações (2012 - 76.683.202).

Conforme o estatuto social, a Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável de 25% do lucro ajustado.

18.2 Reserva legal e dividendo adicional proposto

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de dividendo adicional proposto refere-se aos dividendos propostos a serem deliberados na Assembleia Geral em observância a Lei das Sociedades por Ações.

(a) Dividendos

Anteriormente, os dividendos propostos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorre no exercício seguinte. Atualmente, os dividendos acima do mínimo obrigatório são somente reconhecidos quando aprovados pelos acionistas.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício Constituição da reserva legal Incentivo fiscal (Nota 18(d))	31.149 (1.557) (8.23 <u>9</u>)	63.764 (3.188) (10.906)
Base de cálculo dos dividendos Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	21.353 5.338	49.670 12.418
Dividendos propostos para pagamento no exercício seguinte	5.338	12.418
Dividendos a pagar no final do exercício Percentual de dividendos do exercício sobre o lucro	5.338	12.418
líquido do exercício - %	17,14%	19,47%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Lucro por ação

(i) Básico

O lucro básico por ação do exercício findo em 31 de dezembro é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2013	2012
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade Quantidade média ponderada de ações ordinárias	31.149	63.764
emitidas (milhares)	<u>77.474</u>	76.784
Lucro básico por ação em R\$	0,4021	0,8304

(ii) Diluído

O lucro intermediário diluído por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui somente uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

	2013	2012
Lucro Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	31.149	63.764
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares) Ajustes de: Opções de compra de ações (milhares)	77.474 3.050	76.784 2.494
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	80.524	79.278
Lucro diluído por ação em R\$	0,3868	0,8043

18.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 14 de maio de 2010, a Companhia por meio de sua controlada SD Participações adquiriu 10,04% de capital total e votante na controlada TASA, anteriormente detida por participação não controladora. A transação gerou efeitos contábeis registrados diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial". Este montante não foi utilizado para reduzir a base de cálculo dos dividendos incluído na determinação dos dividendos distribuíveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.4 Reserva de lucros - incentivos fiscais reflexos

Com base no Art. 195-A da Lei das S.A., a Companhia destinou para reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente do lucro na exploração da sua subsidiária TASA, e esse montante foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório em 2013.

19 Plano de opção de compra de ações - "stock options"

A opção de recebimento de prêmios baseados em ações é disponibilizada a alguns executivos da TASA, controlada direta da Companhia, pela emissão de ações da Technos S.A. Baseada nas normas descritas no CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, a TASA passou a reconhecer o resultado de compensação (valor líquido de perdas estimadas) da participação concedida aos executivos, proporcionalmente, com base no período determinado de sua permanência na TASA e no valor justo do instrumento patrimonial outorgado apurado na data da mensuração. A determinação do valor justo da ação requer julgamento, que inclui estimativas para a taxa de juros livre de riscos, volatilidade esperada, prazo de duração da opção, dividendo e perdas esperadas. Caso algumas dessas premissas variem significativamente das informações atuais, o pagamento baseado em ações pode ser impactado.

O número de opções disponibilizadas é fixo e pré-determinado no momento da concessão das mesmas. As opções tem um prazo máximo de exercício de 7 anos, sendo que cada executivo tem a obrigação de utilizar um percentual mínimo de sua remuneração variável e de seus dividendos para o exercício, o que reduz o prazo médio efetivo de exercício. O preço de exercício das opções é ajustado anualmente por Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 3% a 7%.

As opções de compra de ações em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício estimados:

Data de vencimento	Preço de exercício por ação - reais	Opções - milhares 2012	Opções - milhares 2013
2012		438	
2013	9,04	606	593
2014	12,75	518	746
2015	12,14	416	783
2016	18,82	204	413
2017	18,82	204	413
2018	21,97		188
		2.386	3.136

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2009, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$ 54 no total, equivalente a R\$ 0,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2009 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 1,00 na data da concessão, sendo transformado em R\$ 2,00 após agrupamento em 2011, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 6,15%, rendimento anual de dividendo esperado de R\$ 0,45 por ação, uma vida esperada da opção correspondente a cinco anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,25%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão. Não foram concedidas opções em 2010.

Em 2011 foram aprovados os planos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º de opção de compra de 900 mil ações ordinárias da Technos S.A., concedidos a executivos do Grupo. O valor justo médio ponderado das opções concedidas em 2011, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 3.836 no total, equivalente a R\$ 4,26 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2011 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 7,97 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 4,76%, rendimento anual de dividendos esperado de R\$ 0,45 por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 4,0 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 11,55%. A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística da variação mensal da receita da Companhia num período de cinco anos, por se tratar de uma Companhia sem ações listadas na época da concessão.

Em Assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 26 de abril de 2012 foi cancelado o saldo de opções não concedidas sob o plano anterior e aprovado novo plano de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 2.500 ações ordinárias. Com base neste plano de opção de compra de ações, foi aprovado em 2012 o primeiro programa de outorga de compra de ações, concedido a gerentes e coordenadores do Grupo, em compra de 1.018 mil ações. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 4.892 no total, equivalente a R\$ 4,80 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2012 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 17,98 na data da concessão, preço do exercício de R\$ 16,18 por ação corrigido anualmente por IPCA+3%, volatilidade variável por tranche, sendo: tranche 1 - 36,88%, tranche 2 - 34,75%, tranche 3 - 35,97%, tranche 4 - 44,06% e tranche 5 - 44,70%, rendimento anual de dividendos esperado de 2,5% por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 3,0 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 9,00%. A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado para a primeira tranche, e numa média da volatilidade de negociação de um grupo de empresas comparáveis para as outras tranches.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de janeiro de 2013 foi aprovado o 2º programa de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 600 mil ações ordinárias, concedido a diretores do Grupo. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 5.650 no total, equivalente a R\$ 9,42 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2012 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 24,45 na data da concessão, preço do exercício de R\$ 22,01 por ação corrigido anualmente por IPCA+3%, volatilidade variável por tranche, sendo: tranche 1 - 31,40%, tranche 2 - 33,82%, tranche 3 - 33,97%, tranche 4 - 35,27% e tranche 5 - 42,42%, rendimento anual de dividendos esperado de 2,5% por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 6,7 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 7,25%. A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado para a primeira tranche, e numa média da volatilidade de negociação de um grupo de empresas comparáveis para as outras tranches.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de abril de 2013 foi aprovado o 3º programa de opção de compra de ações da Companhia, compreendendo 34º mil ações ordinárias, concedido a gerentes e coordenadores do Grupo. O valor justo médio das opções concedidas, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 2.703, no total, equivalente a R\$ 7,95 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo de avaliação das opções concedidas em 2012 foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 22,49 na data da concessão, preço do exercício de R\$ 21,89 por ação corrigido anualmente por IPCA + 3%, volatilidade variável por tranche, sendo: tranche 1 - 31,40%, tranche 2 - 33,82%, tranche 3 - 33,97%, tranche 4 - 35,27% e tranche 5 - 42,42%, rendimento anual de dividendos esperado de 1,0% por ação, uma vida esperada da opção correspondente a 6,5 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 7,25%. A volatilidade é baseada na própria volatilidade de negociação das ações da Companhia no mercado para a primeira tranche, em uma média da volatilidade de negociação de um grupo de empresas comparáveis para as outras tranches.

20 Receita líquida

(a) Composição da receita

	Consolidado	
	2013	2012
Vendas brutas de produtos e serviços Ajuste a valor presente sobre as vendas Impostos sobre vendas Ajuste a valor presente sobre impostos sobre vendas	522.864 (14.438) (76.839) 2.109	377.133 (9.958) (55.936) 1.476
Receita líquida	433.696	312.715

O aumento na receita líquida é resultado, principalmente, do aumento do volume de vendas alavancado pela aquisição da Dumont. As vendas de serviços historicamente não ultrapassam 0,5% do total das vendas brutas de produtos e serviços.

(b) Sazonalidade

O segmento de relógios é sensível à sazonalidade do varejo como um todo, principalmente às principais datas comemorativas no Brasil: Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados e Dia dos Pais. Trabalhamos no mercado de atacado, de forma que geralmente temos um pico de vendas no mês que antecede à data comemorativa, para que o cliente possa receber e expor a mercadoria em tempo razoável para realizar a venda ao consumidor. Além dessas datas, também somos impactados pelas principais feiras nacionais do segmento, nas quais os clientes são apresentados ao lançamento das principais coleções e muitas vezes realizam pedidos expressivos. Por fim, a sazonalidade das vendas também pode sofrer ligeira alteração em função de uma quantidade maior de lançamentos em determinado mês, ou em razão de uma aceitação maior ou menor desses lancamentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo e despesa por natureza 21

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

Controladora		Consolidado	
2013	2012	2013	2012
		(128.119)	(93.593)
		(16.391)	(10.809)
(414)	(242)	(124.631)	(72.514)
(412)	(298)	(51.146)	(31.778)
(20)	(24)	(4.262)	(3.060)
		(7.700)	(5.580)
(4)		(9.586)	(6.138)
		(7.098)	(8.512)
		(6.233)	(2.426)
			`
			1.436
(157)	(228)	(23.804)	(14.982)
(1.007)	(792)	(385.206)	(247.956)
			(124.787)
			(87.861)
(1.007)	(792)		(27.788)
		(28.934)	(7.520)
(1.007)	(792)	(385.206)	(247.956)
	(414) (412) (20) (4) (157) (1.007)	(414) (242) (412) (298) (20) (24) (4) (157) (228) (1.007) (792)	2013 2012 2013 (128.119) (16.391) (16.391) (124.631) (124.631) (124.631) (124.631) (124.631) (124.631) (124.631) (124.631) (124.622) (124.631) (124.622) (17.700) (17.700) (17.700) (17.700) (17.700) (17.908) (17.700) (17.908) (17.700) (17.908) (17.700) (18.233) (18.233) (18.232) (18.232) (132.846) (182.922) (132.846) (182.922) (132.846) (182.932) (128.934) (182.934)

As variações nas rubricas de despesas por natureza consolidadas estão alinhadas com o crescimento da receita bruta, em torno de 39%, e de gastos com lançamento de novas marcas, tais como Allora, Timex, Touch, e gastos com ampliação da área de varejo. Também devem ser considerados os custos de integração da Dumont à plataforma operacional da Technos a partir de julho.

Resultado financeiro 22

		Consolidado
	2013	2012
Despesa financeira		
Empréstimos e financiamentos	(18.721)	
Variação cambial	(5.171)	(1.218)
Outras despesas financeiras	(3.735)	(684)
Descontos financeiros concedidos	(1.683)	(1.472)
	(29.310)	(3.374)
Receita financeira		
Receita financeira sobre títulos e valores mobiliários	3.208	5.093
Realização de ajuste a valor presente	10.649	8.960
Juros de mora	3.765	4.230
Variação cambial	3.095	1.382
Outras receitas financeiras	3.047	369
	23.764	20.034
Resultado financeiro	(5.546)	16.660

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Transações com partes relacionadas

23.1 Consolidado

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui diretores e gerentes. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados está apresentada a seguir:

	2013	2012
Salários e encargos dos gerentes	13.082	11.275
Remuneração e encargos da diretoria	4.472	3.123
Participação nos lucros/stock-option	8.372	5.763
	25.926	20.161

(b) Operações realizadas entre empresas controladas

No exercício social de 2013 a TASA vendeu produtos para a SCS no montante de R\$ 7.046 (em 2012, R\$ 1.197). As vendas são realizadas dentro das práticas comerciais que a TASA aplica aos seus clientes.

23.2 Controladora

Exceto pelo valor de dividendos a receber registrado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 14.471 (em 2012, R\$ 12.747) e saldo de outras contas a receber de R\$ 2.106, da controlada TASA, não existe nenhum outro valor de transações com partes relacionadas.

24 Combinação de negócios

24.1 Aquisição Dumont

Em 22 de março de 2013, a Companhia adquiriu de Famag Participações S.A. e Roumanos Youssef Saab (pessoa física), em conjunto, "vendedores", 100% do capital votante (e 95,84% do capital total) da Dumont Saab do Brasil S.A. ("Dumont" ou "adquirida"), uma empresa que atua na produção e comércio de relógios, com sede no estado do Amazonas, por R\$ 182.107. Como resultado da aquisição, espera-se que a Companhia aumente seu faturamento no mercado nacional de relógios. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

O valor de aquisição foi integralmente pago em caixa para os vendedores, sendo que em 31 de dezembro de 2013 R\$ 24.954 que foram retidos a título de garantia e aplicados em títulos (Nota 8) serão liberados até 2019, e custos de transação de R\$ 1.884 foram reconhecidos como despesa no exercício.

O ágio de R\$ 81.904 que surge da aquisição é atribuível à sinergia a ser obtida com a integração das operações da adquirida às economias de escala esperadas da combinação de suas operações às da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A compensação integral do ágio gerado para fins de imposto de renda está condicionado à geração de lucro fiscal. A tabela a seguir resume a contraprestação paga para os vendedores e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor dos ativos líquidos da adquirida mensurados contabilmente, atribuíveis aos acionistas não controladores da Dumont.

Preço de aquisição (a)	182.107
Acervo líquido	
Caixa e equivalentes de caixa	11.023
Contas a receber	27.573
Estoques (Nota 11)	40.987
Tributos a recuperar	1.294
Outros ativos	3.444
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 17)	2.747
Ativo imobilizado (Nota 14)	7.950
Outros intangíveis (Nota 13)	1.371
Fornecedores	(1.638)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(5.182)
Dividendos a pagar	(2.618)
Provisão para contingências (Nota 16)	(14.791)
Outros passivos	(452)
Participação dos não controladores	(4.340)
Total de ativos líquidos (b)	67.368
Intangíveis adquiridos	
Marcas registradas (Nota 13)	16.018
Relações contratuais com clientes (Nota 13)	16.817
Total dos intangíveis adquiridos (c)	32.835
Total dos ativos líquidos e intangíveis líquidos adquiridos (d)	100.203
Ágio (a – d)	81.904

Os fluxos de caixa projetados, tanto para avaliação das marcas registradas e carteiras de clientes quanto para o valor econômico da Dumont, foram estimados para os próximos cinco anos. A taxa de desconto nominal (WACC) utilizada foi de 13,2% a.a. e a taxa de perpetuidade utilizada foi de 2,0% a.a.

Os acionistas vendedores concordaram contratualmente em indenizar a Companhia pelo montante que pode tornar-se devido no que diz respeito a possíveis contingências que venham a ser conhecidas no futuro, no montante de R\$ 25.000. Eventuais pagamentos serão liberados de acordo com a previsão contratual. Não há ativo de indenização reconhecido na data de combinação de negócios uma vez que esses eventuais passivos ainda não são conhecidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Aquisição Touch

Em 24 de julho de 2012 o Grupo, através de suas controlas SCS e a TASA. adquiriu 100% das quotas das seguintes sociedades: (i) Touch Watches Franchising do Brasil Ltda., detentora da marca Touch e franqueadora de 83 pontos de venda de relógios e óculos Touch no Brasil, (ii) Touch da Amazônia Indústria e Comércio de Relógios Ltda., operadora de linha de montagem de relógios na Zona Franca de Manaus, e (iii) Touch Búzios Relógios Ltda., You Time Relógios Ltda., e Touch Barra Comércio de Relógios e Acessórios Ltda., representando três lojas próprias no estado do Rio de Janeiro. O valor pago pela aquisição da participação corresponde a R\$ 20.561, à vista, e um pagamento adicional ao longo dos três próximos anos atrelado a métricas operacionais do negócio.

Essa transação representa a união da maior empresa de relógios da América Latina com a maior franqueadora focada em relógios do Brasil.

O ágio de R\$ 20.831 que surge da aquisição é atribuível basicamente às economias de escala esperadas da combinação das operações do Grupo e das unidades Touch.

A compensação integral do ágio gerado para fins de imposto de renda está condicionada à incorporação das investidas Touch e ao resultado fiscal futuro a ser gerado na subsidiária SCS. A tabela a seguir resume a contraprestação paga aos vendedores e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação.

Contraprestação

Em 31 de dezembro de 2012	
Caixa	20.561
Contraprestação contingente - pagamento adicional	3.512
Total da contraprestação	24.073
Valores reconhecidos de ativos identificáveis	
adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	(51)
Ativo imobilizado (Nota 14)	2.915
Ativos intangíveis - outros (Nota 13)	1.035
Marcas registradas (incluídas em intangíveis) (Nota 13)	1.040
Relações contratuais com clientes (incluído	
em intangíveis) (Nota 13)	361
Cláusula de não concorrência (incluído em intangíveis)	
_ (Nota 13)	193
Estoques	630
Duplicatas a receber e outros créditos	122
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(2.688)
Empréstimos	(315)
Total de ativos líquidos identificáveis	3.242
Ágio (Nota 13)	20.831
	24.073

O acordo de contraprestação contingente requer que o Grupo pague aos antigos proprietários um preço adicional ao longo dos três próximos anos, a contar da data da operação, atrelado a métricas operacionais do negócio, tendo como parâmetro a margem bruta na venda de produtos exclusivamente da marca Touch.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor não descontado potencial de todos os pagamentos futuros que se poderia solicitar para o Grupo fazer, conforme este acordo, está entre R\$ zero e R\$ 23.198.

O valor justo do acordo de contraprestação contingencial de R\$ 3.512 foi estimado aplicando o método de lucratividade (income approach). Para cálculo da estimativa do valor justo foi aplicada uma taxa de desconto de 10,4%.

Os fluxos de caixa projetados para o valor econômico da Touch foram estimados para os próximos 10 anos, sendo aplicado taxa de desconto (WACC) de 16,8% a.a. e a taxa de perpetuidade de 1,5%.

O valor das duplicatas a receber e outros créditos foi mantido em seu valor original.

O valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R\$ 1.594 (incluindo marcas registradas, licenças e relacionamentos contratuais com clientes) está fundamentado em laudo de avaliação e alocado na rubrica "Intangível".

25 Outras informações

25.1 Licenças de uso de marca

O Grupo possui as licenças para a comercialização das marcas Euro, Allora, Seiko, Mormaii, Timex, Fossil, Michael Kors, Empório Armani, Armani Exchange, Marc Jacobs, Adidas, Diesel e DKNY.

(i) Mormaii

O Grupo possui contrato de licença de uso da marca Mormaii, pelo prazo de 15 anos a findar em 31 de agosto de 2026. De acordo com o esse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca, à título de *royalties*, um percentual do valor bruto sobre as vendas dos produtos com a marca Mormaii. Foi pago valor inicial a título de antecipação de uma parcela dos royalties, registrado como adiantamentos a fornecedores, devendo ser descontado mensalmente do royalty efetivamente apurado à razão de 1/180 meses. Caso o contrato seja extinto antes de seu vencimento o saldo a ser descontado será ressarcido pelo licenciante.

(ii) Euro e Allora

O Grupo possui contrato de licença de uso das marcas Euro e Allora, com vigência até 30 de setembro de 2014, renovável por mais 5 anos. Com base nesse contrato, o Grupo fica obrigado a pagar ao detentor da marca um valor fixo mensal, reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado ("IGPM").

Além da remuneração fixa, o Grupo é obrigado a pagar remuneração variável a qual é calculada como base na receita bruta anual das vendas multiplicada por fatores decrescentes, limitados a um valor máximo durante o prazo do contrato.

O valor da parcela variável somente será devido quando for superior ao valor total fixo anual e, nesse caso, será equivalente a diferença positiva entre o valor da parcela variável e o valor total fixo anual. As obrigações a pagar pelo uso da marca EURO correspondentes ao valor presente dos pagamentos mínimos estão registrados como "Licenciamento a pagar".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Seiko

O Grupo possui contrato de licença de distribuição exclusiva da marca Seiko em território nacional, com vigência até 31 de março de 2014. Para o uso da licença Seiko, a única exigência requerida é que todos os componentes utilizados nos relógios da marca Seiko utilizem componentes genuínos da marca, não sendo permitido o uso de qualquer outro componente que não sejam oriundos da Seiko.

(iv) Timex

O Grupo em 11 de janeiro de 2012 firmou contrato de distribuição e direito de uso de marca com a TMX LIMITED N.V., ("Timex"), tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios da marca Timex de forma exclusiva em todo o território nacional.

O contrato tem duração até 31 de março de 2015, e não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties. A renovação do acordo por período adicional de três anos é automática e está vinculada ao atingimento de alguns indicadores operacionais.

(v) Fossil

O Grupo em 6 de junho de 2013 anunciou a renovação do contrato de distribuição com o Grupo Fossil, tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização das seguintes marcas de relógio no Brasil: Adidas, Fossil, Diesel, Marc Jacobs, Armani Exchange, DKNY, Empório Armani e Michael Kors. Essa parceria exclusiva entre a Fossil e o Grupo Technos é válida até 31 de dezembro de 2016, sendo renovável automaticamente por período adicional de dois anos de acordo com o atingimento de alguns indicadores operacionais. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de royalties

25.2 Impactos da medida provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e-traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há impactos materiais na carga fiscal de suas atividades operacionais. Também não foi identificado impactos fiscais sobre os dividendos distribuídos a partir do lucro gerado no exercício social de 2008. A Companhia não distribuiu juros sobre o capital próprio no período alcançado pela MP.

* * *